

CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 1998 N.º 17

HOMENAGEM AO DOUTOR J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA



FACTORES IMATERIAIS NA DEFINIÇÃO DA GEOGRAFIA DE PORTUGAL Cultura, Posição de Portugal no Mundo e Contrastes Internos de Desenvolvimento¹

João Luís Fernandes*

As sociedades humanas estão inseridas num sistema mundial, numa economia globalizada e numa lógica territorial onde os centros, unidades de acumulação de poderes económicos e políticos, coabitam com espaços marginais. Dos primeiros exteriorizam-se tendências de uniformização de comportamentos, valores, imagens, quotidianos e massificação de formas de controlo e consumo dos territórios. Aos segundos associam-se forças de decadência, dinâmicas perdedoras, imagens de subserviência e fenómenos depressivos.

No entanto, nem todas as unidades territoriais se encaixam nesta leitura que percorre os dois extremos da mesma estrutura. Entre os denominados *centros* e as *margens* do sistema encontramos uma variedade de casos de difícil classificação. Um levantamento da Geografia mundial levar-nos-á a exemplos de catalogação incerta.

A globalização, sendo determinante na lógica de organização do espaço, da escala local à mundial, não constitui uma dinâmica aglutinadora e supressora de outras sensibilidades, outras formas de estar e de pensar. As tendências de uniformização não anulam, antes reforçam, as apetências pela valorização dos localismos e das especificidades. Esta conceptualização acompanhar-nos-á ao longo de todo o texto.

A leitura dos territórios contemporâneos está marcada pela *diferença*. Este conceito, cada vez mais com conotação geográfica, apresenta duas géneses: desde as próprias heterogeneidades do sistema, até às diferenças entendidas como atitudes de reacção às vagas de uniformização. Tratam-se de linhas de fractura de natureza diversa, de clivagens cujo entendimento não deve partir dos mesmos pressupostos. Diferenças, no primeiro caso, marcadas pelas desigualdades na expansão territorial das tendências de homogeneidade inerentes ao sistema global e consequentes desequilíbrios nas relações de poder que estretando se estabelecem. No segundo caso, contrastes associados a identidades locais, a diferenças próprias de Histórias contrastadas e *culturas* diferenciadoras.

É nesta lógica que começamos por questionar a posição de Portugal no contexto internacional.

1. A POSIÇÃO DE PORTUGAL NO GEOSISTEMA MUNDIAL: AS RAÍZES DA MODERNIDADE

Portugal, um dos protagonistas no alargamento de horizontes da humanidade, deu um contributo significativo para a construção do mundo moderno. A discussão em torno do real poder económico e político do país no período dos Descobrimentos e, em consequência, da posição relativa de Portugal face ao centro, ou sucessivos centros (Flandres, Amesterdão, Londres,...) que a partir desse momento se foram estruturando, não ensombra o reconhecimento do papel dos portugueses na construção das raízes nas quais assenta o sistema mundial contemporâneo.

O padrão anterior à *modernidade* caracterizava-se por um mosaico de economias-mundo. Cada qual em relativa auto-gestão, mas em contacto com o mundo exterior por linhas débeis e difusas, nalguns casos, intensas e regulares, noutros. Esses canais de contacto marcaram o imaginário da História da humanidade: a navegação mediterrânea, as caravanas do deserto do Sahara e a Rota da Seda, Marco Polo e cidades como Tombuctu, Veneza e Génova.

Com a saga dos Descobrimentos acelerou-se a construção de um sistema mundial. Em 1498, Vasco da Gama trilha pela primeira vez o caminho marítimo para o subcontinente indiano, pondo em contacto directo a Índia das especiarias com uma Europa já a ensaiar a sua liderança na geoeconomia mundial. Comunicação directa significa, neste âmbito, a supressão de intermediários: *as caravelas contra as caravanas*, é comum afirmar-se.

Pela abertura desta rota marítima, no seguimento de outros avanços no domínio da ciência e da *praxis* dos oceanos, abriu-se o mundo, estenderam-se horizontes, aproximaram-se culturas. Sob o ponto de vista geoeconómico, de um sistema plurinuclear de economias-mundo, transitámos para uma economia mundial. É nesta evolução que devemos procurar as raízes do predomínio mundial da Europa, que se estendeu por alguns séculos. A definição de uma economia mundial implicou a estruturação de uma sede de poderes económicos e políticos que, em consequência, se reestruturaram, redefiniram e quase sempre se concentraram.

¹ O presente artigo reproduz, em parte, o texto da conferência *A Cultura Portuguesa e a Integração de Portugal no Contexto Mundial – Perspectiva Territorial*, apresentada no dia 30 de Julho de 1997, na Faculdade de Letras de Coimbra, no âmbito do 73º Curso de Férias de Língua e Cultura Portuguesas.

* Instituto de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras de Coimbra.

Portugal, enquanto potência transportadora, nunca se aproximou do centro geoeconómico. As razões deste afastamento topológico são múltiplas, quase nunca consensuais. Destacamos apenas duas: a deficiente aplicação reprodutiva do capital; a não estruturação de uma burguesia empreendedora que liberalizasse o regime e o libertasse da excessiva dependência das decisões reais. Pelo contrário, vingou a tendência de enobrecimento da débil burguesia comercial portuguesa; predominou a aplicação sumptuária dos capitais.

A pimenta da Índia e o ouro do Brasil são a imagem de períodos com frequência apontados como oportunidades perdidas para a afirmação de Portugal no Mundo e a sua aproximação aos centros de poder económico e de decisão política.

A posição de um território no contexto internacional é uma questão estrutural. Contudo, as conjunturas, num tempo histórico imediato e instantâneo, definem tendências com projecção marcante no território. No caso português salientamos: as debilidades e indecisões da Revolução Liberal; o atraso estrutural no *take-off* industrial; as indefinições e hesitações da I República; o isolamento e conservadorismo do Estado Novo.

A leitura da Geohistória e da Geoeconomia portuguesas não pode, no entanto, ceder às tentações do pessimismo fácil. Esta evolução deve ser enquadrada no mundo mediterrâneo, ao qual pertencemos, *por natureza*, e na sucessiva marginalização da Europa do Sul face a uma Europa do Noroeste mais dinâmica, empreendedora e liberta dos estigmas do catolicismo mais radical, consubstanciado, por exemplo, na Inquisição e expulsão do povo judeu dos territórios ibéricos.

Isolado durante demasiadas décadas, com um império colonial mal consolidado e com a libertação tardia das ex-províncias ultramarinas, Portugal aderiu tarde à Europa.

Apesar de tudo, negando qualquer determinismo histórico, o Portugal contemporâneo é um território a caminho da modernidade. A democratização do país e a adesão à União Europeia constituíram momentos conjunturais a jusante de uma tendência estrutural de modernidade cujas raízes penetram nos anos 60 do presente século. Década de aumento do ritmo de urbanização da população portuguesa; de abertura de Portugal ao exterior, pelo turismo e por via da emigração; de alguma relativa circulação e difusão de ideias e linhas de pensamento não oficiais.

Na actualidade, o país é um território aberto, um espaço de relações múltiplas. Portugal pertence à União Europeia, à OCDE, à NATO, à ONU, à UEO, à OSCE.

No entanto, tem sido a pertença e integração do país num bloco geoeconómico estruturante de influência mundial (a União Europeia) o que mais tem marcado o quotidiano e a territorialidade dos portugueses nestes últimos anos, sobretudo na última década. Embora com raízes mais longínquas, este último decénio ficará marcado pela intensificação e aprofundamento das transformações observadas em diferentes domínios e sectores do país e con-

sequentes impactos no *território* e nas *populações*: uma demografia *européia*; uma população terciarizada; crescente investimento na formação académica e profissional; expansão dos modos de estar, culturas e consumos urbanos; modificações qualitativas nas estruturas de povoamento: a urbanização difusa e a urbanização *in situ*; difusão das novas tecnologias de informação, com consequências nas territorialidades apenas detectáveis no longo prazo; expansão das acessibilidades, sobretudo rodoviárias; abertura do território português ao capital estrangeiro.

Com uma História complexa, um presente ambíguo e um futuro ainda incerto, não é fácil definir a posição relativa de Portugal no mundo. Não se posiciona no centro, mas participa numa das megas-estruturas do sistema mundial, a União Europeia. Não é um país periférico, mas apresenta alguns indicadores de periferismo: o desequilíbrio da rede urbana nacional é o exemplo de um constrangimento territorialmente relevante.

No entanto, a leitura da Geografia de Portugal contemporânea com base em médias nacionais é um exercício redutor. Ter-se-ão de interpretar as lógicas de organização do espaço também a partir de uma focalização mais pormenorizada, mais sensível aos contrastes das partes que, em conjunto, formam o todo nacional.

2. DIFERENCIAÇÕES INTERNAS DA GEOGRAFIA DE PORTUGAL: BREVE REFLEXÃO

É necessário distinguir o retrato médio de Portugal – uma imagem de progresso – das diferentes projecções da modernidade nos micro-territórios nacionais. Na actualidade, temos não um Portugal, uno e homogéneo, mas várias nuances pontualmente localizadas da modernidade a que o país se abriu. As heterogeneidades não constituem novidade. No entanto, a inevitável integração internacional do país intensificou as clivagens. Os processos de integração no sistema mundial são territorialmente selectivos e estratificantes. Dão primazia à concentração racional de actividades e de populações.

Desta forma, algumas áreas apresentam vantagens comparativas e podem afirmar-se nesta lógica de integração. Outras, não conseguem ganhar a batalha da competitividade. É neste quadro que se definem áreas centrais e espaços periféricos, ou mesmo marginais.

Cartografar essas fronteiras não é uma tarefa fácil. Não existe consenso sobre os critérios de delimitação de territórios com níveis diferenciados de desenvolvimento e integração no sistema. Apesar disso, com a utilização de indicadores demográficos, podem conseguir-se imagens razoáveis da estratificação e hierarquia dos territórios.

À escala nacional, a variação de alguns indicadores demográficos evidencia clivagens de desenvolvimento. Áreas com saldos migratórios negativos; com estruturas etárias envelhecidas e carência de população potencialmente activa e conseqüente deficit de recursos humanos:

territórios com dificuldades de fixação de populações constituem, de uma forma geral e no contexto do Portugal dos fins do século XX, espaços com estruturas sócio-demográficas e sócio-económicas depressivas. Testemunhas de constrangimentos que se traduzem em domínios como investimento de capital, ofertas de emprego, produtividade e outros.

A variação territorial de indicadores como, por exemplo, o Índice de Envelhecimento e os anos censitários de valores máximos de população em cada concelho de Portugal Continental, testemunham um país com duas frentes: uma virada ao mar, palco de alguns dos mais brilhantes episódios da História de Portugal, e uma faixa na retaguarda com territorialidades *aparentemente* marcadas pela ausência de protagonismo no contexto do Portugal histórico e contemporâneo. A Geografia da população portuguesa, em simultâneo a jusante e a montante desta, é uma imagem da realidade geoconómica do território.

A População e os recursos humanos, as actividades de inovação e as infra-estruturas e, até há pouco, as acessibilidades, são referências associadas a mais valias de concentração preferencial no litoral, sobretudo na faixa entre os dois principais núcleos estruturantes do território de Portugal Continental: as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Noutra extremo, a fronteira terrestre de Portugal Continental constitui a periferia geoconómica e demográfica desta Geografia. Sistema de povoamento mais ténue, concentração urbana mais esparsa, débil disponibilidade de recursos humanos: uma Geografia de ausências apenas despertada por alguns, escassos, pontos de localizado dinamismo territorial.

A interpretação destes cartogramas deve, no entanto, resistir à tentação das leituras mais óbvias. A uma fractura litoral/interior, que deveria ser discutida com mais afinco, sobrepõe-se, a uma escala de maior pormenor, uma outra realidade: casos de sucesso no país interior e uma descontínua faixa litoral de desenvolvimento, onde se ocultam alguns fenómenos de marginalidade local. Ainda assim, à escala nacional, a primeira e mais marcante leitura é a de um Portugal litoralizado, embora com projecções dessa litoralidade para leste. Esta difusão para o interior assenta sobretudo nas vias de comunicação rodoviárias, ainda as principais linhas estruturantes do território continental português².

Em suma, os dois capítulos anteriores traduzem-nos um Portugal de integração complexa no sistema internacional. Não é um território central, não é um país marginal. Talvez um país de articulação. Protagonista na construção das raízes do sistema-mundo, ainda assim, nunca se posicionou no centro de decisão desse sistema. Um país que sofreu as inovações da modernidade, mas que apre-

senta visíveis contrastes internos. Heterogeneidades cuja implicação territorial se traduzirá no futuro da Geografia portuguesa: nas suas arquitecturas internas, mas também no grau de sucesso da sua integração no geossistema mundial.

3. A AFIRMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NO GEOSISTEMA MUNDIAL: OS FACTORES IMATERIAIS E A CULTURA NA DEFINIÇÃO DO PORTUGAL DO FUTURO

Uma das estratégias de afirmação dos territórios no contexto da globalização tem sido a formação de blocos geoconómicos. Definem-se áreas de livre comércio e estruturam-se espaços naturais de afirmação de moedas como o dólar, o iene e, no futuro, o euro. Esta tendência, sendo necessária e quase inevitável, gera conflitos ao nível das relações de poder. Globalmente, no sistema mundial, e internamente, em cada bloco, os espaços hierarquizam-se, as funcionalidades de cada unidade territorial redefinem-se e reequacionam-se. A tendência quase espontânea do sistema para a concentração dos investimentos, das oportunidades, das produtividades e das mais-valias em pontos restritos e localizados, tem acentuado as diferenças e as exclusões. Ao mesmo tempo que em certos quadrantes do sistema mundial, como a Europa, se desvalorizam as fronteiras políticas, novas barreiras de carácter sócio-económico se erguem. A Geografia é, agora mais do que nunca, também a *ciência das diferenças*.

É neste contexto que na contemporaneidade se levantam alguns problemas: Como se deve processar a (re)afirmação dos territórios (nacionais e/ou locais) neste sistema? Que factores poderão ser determinantes para a sobrevivência, requalificação e (re)integração dos territórios mais débeis?

Não encontramos uma resposta única a estas questões.

Apesar disso, defendemos a *tese da especificidade*. Uma das vias de afirmação dos territórios deve assentar na relevância da sua diferença.

3.1. Perspectiva Local

Em paralelo à uniformização dos comportamentos e dos saberes, assistimos, também em Portugal, nos últimos anos, à crescente revivificação das culturas tradicionais. Um meio de afirmação e de sobrevivência de territórios que, no âmbito dos mais racionais paradigmas de desenvolvimento económico, não se posicionam na proximidade relativa das unidades centrais.

A cultura tem aqui uma dimensão instrumental. É uma via de afirmação de novas centralidades. É o artesanato; a música tradicional; o reavivar da História local e regional; o 'saber fazer' local e ancestral na arte da queijaria, da doçaria, enfim, da gastronomia; a recuperação dos centros históricos das principais cidades e vilas portuguesas; o

² Não será esta sobrevalorização das rodovias na estruturação do território português mais um testemunho da *não pertença* de Portugal ao centro geoconómico europeu?

reanimar dos falares locais, não muito comuns em Portugal, mas com uma representação digna no mirandês; a (re)descoberta e defesa do passado (as gravuras paleolíticas de Foz Côa, as pegadas de dinossauros no Maciço Calcário Estremenho,...).

Nasceram entretanto associações não governamentais de intervenção cívica. Surgiram como resposta ao concurso para gestão dos fundos comunitários, desenvolveram-se com o intuito de afirmação da *diferença*.

Em suma, assistimos na cultura portuguesa e no território nacional à difusão de processos aparentemente opostos mas necessariamente articulados. Por um lado, uma dinâmica de integração/uniformização e por outro, um processo de (re)descoberta dos localismos/diferenças, quase sempre com recurso à tradição da memória colectiva portuguesa.

Associa-se a estratégia de reafirmação de microterritórios no contexto global com a definição de uma imagem de diferença. A imagem de especificidade deve ser construída com base não apenas nos símbolos territoriais da época contemporânea, mas também reavivando a simbologia do passado, sedimentada não apenas na organização do espaço, mas também na própria identificação cultural das populações. Essa identificação pode resultar da potenciação de energias contidas em factores *imateriais* de desenvolvimento, que devem cada vez mais ser assumidos como instrumentos de intervenção.

Destacamos, *como exemplo*, a História Local, materializada no património histórico construído, e a cidade de Elvas, um núcleo urbano fronteiriço a viver momentos de alguma desorientação funcional.

Com efeito, o património, enquanto elemento associado à imagem diferenciadora de um território, assume valor estratégico no processo da reafirmação das diferentes identidades geográficas. No entanto, essa ligação não é linear nem óbvia.

Como se associa o património à revitalização dos lugares e sua inserção no contexto concorrencial das novas lógicas de organização do espaço geográfico?

A resposta direcciona-nos para dois sentidos diferentes, mas complementares.

Em primeiro lugar, a revitalização do património, enquanto garantia de uma mais equilibrada, requalificada e atractiva paisagem urbana, pode constituir um recurso. A classificação de Elvas como Património Mundial, cuja candidatura já deu os primeiros passos, e a sua promoção podem constituir um meio de atracção de populações alógenas. O turismo, que é com frequência defendido como uma possível funcionalidade de sobrevivência de territórios dilacerados por estruturas de produção débeis e indefinidas, pode ter um contributo importante.

A preservação e recuperação do património é, de forma directa, um meio de criação de empregos, de fixação de mais valias, de progresso material.

No corrente ano de 1998, com o fim da construção da auto-estrada de ligação Lisboa-Madrid (IP7), os principais

fluxos de trânsito de ligação Portugal-Espanha, desviar-se-ão para a periferia desta cidade. Será este desvio um factor de isolamento da cidade de Elvas? Como justificar a paragem em Elvas de transeuntes que percorrem uma rodovia de circulação rápida? Esta pausa em Elvas é importante para a realidade deste centro urbano. Para além da actividade turística, cuja importância é indiscutível, outras questões se levantam. O desvio pode não resultar em permanência, nem mesmo em fixação de capital. No entanto, a paragem implica algo de extrema importância para o futuro dos territórios: implica *relevância geográfica*: a identificação e reconhecimento de um território – dimensão subjectiva cujos efeitos apenas se farão sentir no longo prazo.

É nesta dimensão subjectiva, estrutural, de efeitos indefinidos e a longo prazo que, em nosso entender, mais significado assume a defesa do património, neste caso, de Elvas.

Num processo de globalização, a população revaloriza as suas raízes, a sua identidade. Perante a tendência de uniformização, o Homem apregoa a diferença e valoriza a qualidade. *Um território qualificado e com identidade cria predisposição para a fixação de população*. Um território mal gerido, uniforme e indistinto, gera psicologias de fuga. A fixação de população é o primeiro passo para a afirmação do desenvolvimento endógeno, condição para a sobrevivência desse território no sistema (Fig. 1).

O desenvolvimento endógeno é uma expressão de circulação frequente na literatura recente da temática do desenvolvimento local e regional. No entanto, a concretização e aproveitamento das potencialidades internas a cada unidade geográfica apenas se concretizará com o envolvimento das populações locais e a motivação dos autóctones; com a sedimentação de raízes e a afirmação do sentimento de pertença e de co-responsabilização por um território. A população local preservará de forma mais vinculada as suas raízes numa estratégia que evidencie a diferença do local face ao global e sublinhe as suas particularidades face ao exterior. A resposta à marginalidade é a preservação da funcionalidade e viabilidade de cada território. Essa funcionalidade assentará em raízes mais fundas se se desenvolver num território com características únicas e exclusivas, reconhecível e identificável no contexto mais vasto dos espaços abertos.

Esta estratégia não implica o levantamento de obstáculos às tendências exteriores que se difundem dos principais focos de poder económico e político. Significa sim, enfrentar a globalização com recurso ao único, ao inequivocamente específico. Não existe em todo o Mundo nenhum conjunto arquitectónico como o de Elvas. Esta cidade tem uma História única. Não é um juízo de valor. Apenas a afirmação da diferença. A mesma que convive mal com a marginalidade territorial.

As periferias são tradicionalmente olhadas de forma depreciativa. São o resultado de uma dinâmica de exclusão; realidades perdedoras perante os principais paradigmas de desenvolvimento que sustentam as lógicas de organiza-

ção do mundo e das sociedades humanas. No entanto, os paradigmas de desenvolvimento não são inertes. Os critérios de definição das arquitecturas territoriais não estão cristalizados no tempo. Novos valores se podem (re)definir. Esta reflexão levar-nos-ia a questionar os conceitos de centro, periferia e margem. Alguns territórios marcados pelo *atraso geoeconómico* e por estruturas demográficas depressivas podem começar a ser objecto de olhares diferentes: se a esse *atraso geoeconómico* corresponderem, por exemplo, sobretudo em espaços rurais deprimidos e pequenos centros urbanos, um ambiente salvaguardado e quotidianos de qualidade.

As periferias encerram outras centralidades. As Geografias do futuro dependem, mais do que de tudo, das *mentalidades* dos seres humanos. O futuro dos territórios está encerrado no cérebro do Homem, nos valores que defenderem, nas concepções filosóficas que projectarem na superfície terrestre.

Estamos perante uma lógica de interpretação do espaço alicerçada em diferentes paradigmas de afirmação e num *outro* conceito de desenvolvimento.

Este novo estádio qualitativo está mais uma vez associado ao domínio do imaterial: a cultura e os valores filosóficos das sociedades humanas.

Defendemos a tese de que, de uma forma ou de outra, *todos os territórios são relevantes*, mesmo que, na aparência, essa relevância se oculte. Todos os territórios têm uma

funcionalidade. A sua (re)descoberta pode constituir uma das áreas de intervenção dos geógrafos do futuro.

É desta forma que associamos conceitos como Afirmação-Simbolismo-Imagem-Desenvolvimento Endógeno-Relevância Geográfica.

Trata-se uma relação complexa entre Geografia, História, Economia e Cultura, num quadro que pode ser observado e analisado à escala local, mas que deve também ser equacionado à escala nacional. A este nível, a conceptualização é semelhante.

3.2. Perspectiva Nacional

O posicionamento de Portugal no contexto internacional é complexo. No entanto, a sua integração é inevitável. A procura de relevância no sistema mundial é condição necessária para o progresso. Essa integração deve ser multidireccionada.

A União Europeia, um projecto incontornável de afirmação de Portugal, não pode obstaculizar a abertura do país a outras latitudes. Essa estratégia deve ter como critério a História e a Cultura da população portuguesa e, como ponto de partida, os laços históricos e a proximidade cultural entre os povos do *mundo lusófono*.

A *lusofonia* deve ser uma plataforma de afirmação internacional dos países de expressão oficial portuguesa. A formação da CPLP (Comunidade dos Países de Língua

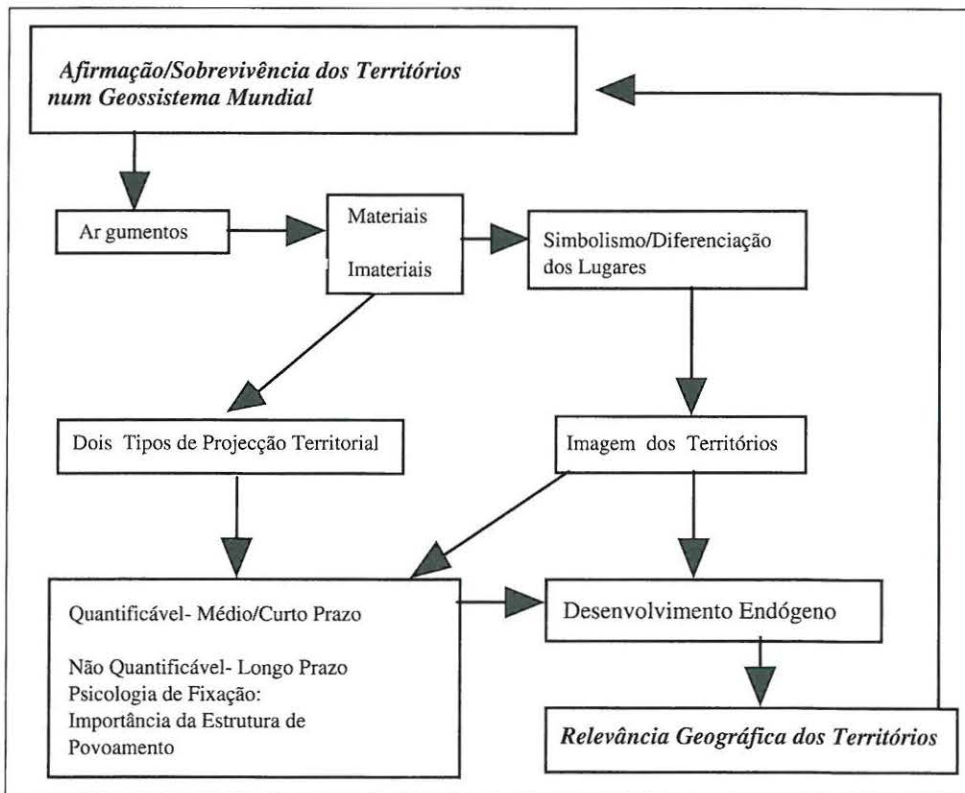


Fig. 1 – Afirmação de territórios no geossistema mundial.

oficial Portuguesa) no Verão de 1996 foi um primeiro, ainda que tímido, passo nesse sentido. Trata-se de uma iniciativa, pela sua juventude e indefinição institucional que a caracterizou desde o início, ainda sem visibilidade prática. Ainda assim, foi assinado um acordo pleno de simbolismo.

A integração económica do espaço lusófono é ainda ténue. A conveniência do reforço desses laços é, no entanto, inequívoca. O modelo de desenvolvimento dos países lusófonos de África não pode menosprezar a integração com Portugal. De entre as nações da CPLP, Portugal é o único país associado a um bloco estruturante da economia mundial. A União Europeia continua a ser uma referência para os africanos. Portugal, pela sua vocação, é o mais conveniente interlocutor de aproximação a esta área de prosperidade. Não se pode sobreviver à margem dos blocos geoeconómicos estruturantes do sistema mundial.

Portugal e os PALOP's ocupam diferentes posições relativas no geossistema mundial. Portugal posiciona-se na franja de um bloco geoeconómico de prosperidade. Estamos perante mundos diferentes, apesar de não irreconciliáveis. Portugal tem mesmo uma especial vocação de articulação entre mundos diferentes.

A posição europeia de Portugal sai reforçada com a retoma da dimensão africana do país. O projecto de integração europeia não é incompatível com o reforço da CPLP. Por tudo isso, não se entende nem se pode aceitar a debilidade da política africana do estado português, cuja tarefa deve ser dupla: a consolidação da cultura portuguesa neste continente e o reforço das plataformas diplomáticas de cooperação. Com realismo, sem romantismo. Uma cooperação sem paternalismos. Uma relação despida dos tradicionais estereótipos sobre África, liberta da quase sempre parcial visão do Norte sobre o Sul.

A fragilidade da maior parte da classe empresarial dos PALOP's torna mais difícil a colaboração com a sociedade civil. No entanto, existem plataformas de cooperação com os Estados locais que devem ser exploradas. Por exemplo, são desejáveis acordos de cooperação tripartidos: Portugal, um outro parceiro europeu e um Estado africano. Esta é a forma de conciliar a cooperação com Portugal com a inevitável aproximação dos PALOP's a outras áreas de influência, sobretudo francófona ou anglófona.

A CPLP pode ainda suavizar as sempre difíceis relações de Portugal com o Brasil, sem dúvida, os dois eixos motores desta organização.

Este quadro é então definido por três vértices: Portugal, o Brasil e os PALOP's. A sua localização num planisfério define um triângulo sobre o Atlântico Sul, com o português a falar-se nas duas margens. Num século XXI a arrancar sob o simbolismo dos oceanos, será excesso de romantismo considerar relevantes as potencialidades deste *triângulo cultural*?

Em resumo, a viabilidade de Portugal no geossistema mundial não se pode também alhear de factores imateriais como a História e a Cultura. Mais uma vez estamos em

presença de uma complexa relação entre Economia, Cultura, História e Geografia. Desta relação complexa deve resultar a integração com maior ou menor êxito de Portugal no sistema mundial e desta realidade não devem ficar alheias as comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, como veículos de afirmação e sobrevivência da cultura portuguesa. Uma batalha árdua mas estrategicamente determinante.

Os laços culturais não se podem neutralizar pela indiferença. Num sistema globalizado, a sua relevância é cada vez maior.

Ao contrário da tese de Francis Fukuyama, o processo de globalização/uniformização não constitui o fim da História.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Diogo de (1995) – “Um Portugal novo nos finais do século XX”. *Actas do II Congresso da Geografia Portuguesa: A Geografia Portuguesa – Debater as Mudanças, Preparar o Futuro*; APG, Lisboa.
- ARMSTRONG, Harvey and READ, Robert (1994) – “Micro-states, autonomous regions and the European Union”. *European Urban & Regional Studies*, vol. 1, nº 1, Addison Wesley Longman Limited, Essex.
- BARRETO, António (1995) – “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995”. *Análise Social*, vol. XXX(134), Revista do Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa.
- BARRETO, António (1996) – *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- BAILLY, Antoine *et al.* (1996) – “Changing cities: restructuring, marginality and policies in urban Europe”. *European Urban & Regional Studies*, vol. 3, nº 2, Addison Wesley Longman Limited, Essex.
- BRAUDEL, Fernand (1995) – *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, vols. I e II, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- COPUS, Andrew K. (1997) – “Does Peripherality Matter any more?”. *Proceedings of Issues of Environmental, Economic and Social Stability in the Development of Marginal Regions: Practices and Evaluation*; Study Group on Development Issues in Marginal Regions, IGU, Glasgow.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1993) – “Portugal: a marginal country in the European Community, or a European country with marginal regions?”. *Notes of the Meeting of the IGU Study Group on Development Issues in Marginal Regions*; Taipei.
- DICKEN, Peter and ÖBERG, Strure (1996) – “The global context: Europe in a world of dynamic economic and population change”. *European Urban & Regional Studies*, vol. 3, nº 2, Addison Wesley Longman Limited, Essex.

- DOLLFUS, Olivier (1990) — “Le système monde”. *L'Information Géographique*, nº 54, Armand Colin, Paris.
- DOLLFUS, Olivier (1992) — “L'espace financier et monétaire mondial”. *L'Espace Géographique*, nº 2, Doin Éditeurs, Paris.
- FERNANDES, João Luís (1996) — O homem, o espaço e o tempo no Maciço Calcário Estremenho — o olhar de um geógrafo. Faculdade de Letras, Coimbra.
- FERNANDES, João Luís e CRAVIDÃO, Fernanda Delgado — “S. Tomé e Príncipe, the future of a marginal country in the context of its international integration — the role of Portugal”. *IGU Commission on Dynamics of Marginal and Critical Regions: Past, Present and Future Cultural, Social and Economic Parameters of Marginal and Critical Regions*, Harare, Zimbabwe. (em publicação)
- FERNANDES, João Luís e TOMÁS, Paulo Carvalho — “Heritage as a reintegration strategy in the frontier regions: an example from the Luso-Spanish borders (A study of Elvas)”. *Actas da Second International Conference Urban Development: A Challenge for Frontier Regions*, Beer Sheva, Israel. (em publicação)
- FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre (1997) — *A nova era das desigualdades*. Celta Editora, Oeiras.
- FORRESTER, Viviane (1997) — *O horror económico*. Col. 2001, Terramar, Lisboa.
- FORTUNA, Carlos (1985) — “Descolonização, o fim de um ciclo: Portugal, a África e a economia capitalista mundial”. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 15/16/17, Centro de Estudos Sociais, Coimbra.
- HADJIMICHALIS, C. and SADLER, D. (1995) — “Integration, marginality and the New Europe”. *Europe at the Margins, New Mosaics of Inequality*; ed. by Costis HADJIMICHALIS and David SADLER, Wiley & Sons, Chichester.
- HADJIMICHALIS, Costis (1994) — The fringes of Europe and EU integration: a view from the south”. *European Urban & Regional Studies*, vol.1, nº 1, Addison Wesley Longman Limited, Essex.
- LEIMGRUBER, Walter (1993) — Marginality and marginal regions: problems of definition”. *Proceedings of the Study Group on Development Issues in Marginal Regions*; national Taiwan University, Taipei.
- LONSDALE, Richard (1997) — “Demographic factors in characterizing and delimiting marginal lands”. Paper presented at the *IGU Commission on Marginal and Critical Regions*; Harare.
- LOPES, Ernâni R. *et al* (1989) — *Portugal, o desafio dos anos 90*. Instituto Humanismo e Desenvolvimento, Editorial Presença, Lisboa.
- MINGIONE, E. (1995) — “New aspects of marginality in Europe”. *Europe at the Margins, New Mosaics of Inequality*; ed. by Costis HADJIMICHALIS and David SADLER; Wiley & Sons, Chichester.
- THOMAS, Dennis (1996) — “Winner or loser in the new Europe? Regional funding, inward investment and prospects for the Welsh Economy”. *European Urban & Regional Studies*, vol. 3, nº 3, Addison Wesley Longman Limited, Essex.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1990) — *O sistema mundial moderno*. Vols. I e II. Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto.